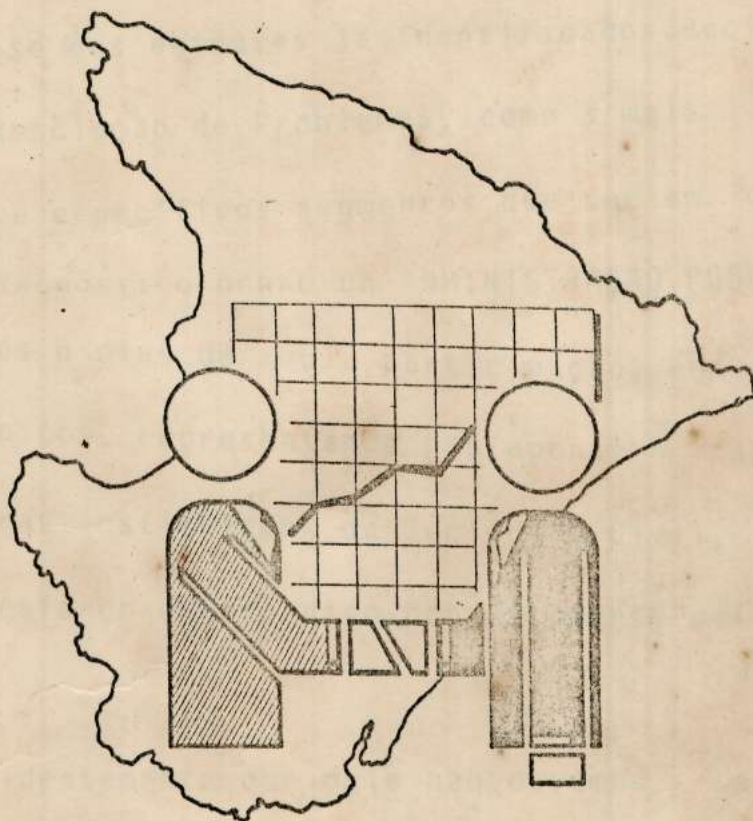


GOVERNO DE SERGIPE

Secretaria de Estado do Planejamento

DIAGNÓSTICO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



SEMINÁRIO

05 a 16 de janeiro de 1987

SEPLAN - SE

DIAGNÓSTICO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SEMINÁRIO

Coordenação Geral:

ANTONIO CARLOS BORGES FREIRE- Secretário do Planejamento
DEOCLECIO VIEIRA FILHO - Secretário de Governo

Coordenação Executiva:

FERNANDO LINS DE CARVALHO- Assessor Especial do Governo
ANTONIO MILITAO SILVA - Assessor Jurídico da Cohidro

Orientação Metodológica:

ANTONIO ALVARO DE CARVALHO - Universidade Federal de Sergipe
GUILHERME ANTONIO VIVACQUA- Universidade Federal de Brasília

Professores Facilitadores:

JOSE PEREIRA ALVIM - Ministério da Agricultura
JOSE FERNANDES DA SILVA - Ministério da Agricultura
ANTONIO ALVARO DE CARVALHO - Universidade Federal de Sergipe

Equipe Técnica de Apoio:

EDUARDO LINS DE CARVALHO
VIRGILIO SANTANA TAVARES

Equipe de Apoio:

RITA MARIA OLIVEIRA SOUZA- Secretária da Coordenação
EUGENIA PASSOS BARBOSA MOURA - Secretária da Coordenação
GLADSTON JOSE DOS SANTOS - Coordenador da Equipe de Apoio
SILVANA MARIA MORAIS DE ALMEIDA- Secretária de Grupo
MARIA DA CONCEIÇÃO BASILIO DE CASTRO - Secretária de Grupo
JORGE LUIZ MACHADO DANTAS - Datilógrafo
WALTER VICENTE GOES - Reprodução Xerográfica
REINALDO GONÇALVES SANTANA - Motorista
EDILSON ANDRADE - Motorista

AGRADECIMENTOS

- A Diretora do Centro de Criatividade Professora AGLAE D'AVILA FONTES DE ALENCAR e toda a sua Equipe
- Ao PROJETO NORDESTE - especialmente ao seu Gerente Administrativo , senhor ARNALDO BARROSO DOS SANTOS

Quando sugerimos ao Governador Eleito, **ANTONIO CARLOS VALADARES**, a adoção de uma estratégia de ampla consulta aos segmentos técnicos, para a elaboração do Plano de Governo, dele recebemos a aprovação imediata.

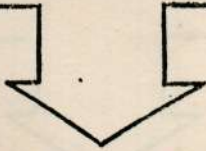
O Professor GUILHERME VIVACQUA, da Universidade de Brasília foi contactado e, após estudos técnicos com especialistas da área e análise dos entraves já identificados, decidimos pela MRP-Metodologia de Resolução de Problemas, como a mais plausível, face os múltiplos e específicos segmentos que seriam consultados na elaboração do DIAGNOSTICO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Após 8 dias de ampla participação, com a presença de mais de 200 técnicos, representando não apenas a Administração Pública mas inúmeras instituições da Sociedade Civil, este Documento é o relato do esforço empreendido conjuntamente pelo corpo técnico do Estado.

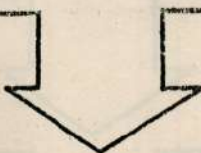
Evidentemente que dele não devemos esperar conclusões definitivas ou argumentações acadêmicas pois tal não foi o propósito do Seminário e deste Documento.

O DIAGNOSTICO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA propõe-se a levantar os principais entraves em seus múltiplos segmentos, sugerindo alternativas de melhoria para os mesmos.

I N D I C E



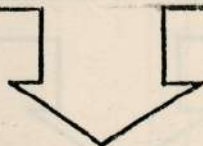
01. ADMINISTRAÇÃO
02. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
03. ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
04. AUDITORIA
05. CIENCIA E TECNOLOGIA
06. CULTURA
07. DESENVOLVIMENTO URBANO
08. EDUCAÇÃO
09. ENERGIA
10. ESPORTE E LAZER
11. HABITAÇÃO E PREVIDENCIA
12. INDUSTRIA E COMERCIO
13. JUSTIÇA
14. OBRAS E TRANSPORTES
15. PLANEJAMENTO
16. SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS
17. SAUDE
18. SEGURANÇA
19. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
20. TURISMO



01. Falta de consciência gerencial dos dirigentes de Órgãos Públicos;
02. Falta de uma política de recursos humanos para o Estado que compreenda: Recrutamento, Seleção, Desenvolvimento de Pessoal (Treinamento), Cargos e Salários;
03. Excesso de burocracia na tramitação de documentos;
04. Desobediência às normas sistemáticas em Administração Geral;
05. Falta de uma política de Administração de Material e Patrimônio;
06. Falta de critérios na alocação de Pessoal nos diversos órgãos;
07. Falta de seriedade na administração da "coisa" Pública;
08. Falta de critérios para a movimentação de Pessoal entre Órgãos;
09. Descontinuidade de Projetos que efetivamente estejam contribuindo para a melhoria de profissionais da área;
10. Falta de conscientização dos dirigentes no aproveitamento de sugestões técnicas de profissionais da área;
11. Falta de descentralização da informática nos controles da Administração Geral;
12. Inexistência de Estatuto do servidor consolidado.
Ex: Magistério, Servidor Público, Pessoal Civil, Pessoal Militar e Magistratura;
13. Falta de racionalidade na aplicação de recursos humanos, material e financeiro, no setor público;
14. Falta de uma política de transporte, compreendendo: Compra, Paradronização, Utilização, Controle e Abastecimento de Veículos;

Segmento - ADMINISTRAÇÃO

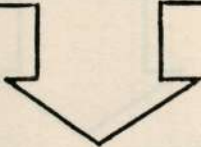
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



15. Pouca importância por parte dos dirigentes à atividade de capacitação de Recursos Humanos;
16. Prioridade do fator político em detrimento do administrativo;
17. Existência de órgãos com atividades paralelas;
18. Falta de fatores motivacionais para o servidor público;
19. Pouca visão do governante na definição de ações que visem a coletividade;
20. Inexistência de moralização no processo licitatório;
21. Lentidão no atendimento aos que buscam o Serviço Público;
22. Falta de critérios para a seleção de Pessoal;
23. Falta de credibilidade nas ações administrativas;
24. Falta de participação dos dirigentes na definição do Orçamento Estadual;
25. Vinculação indevida no órgão de Previdência do Estado;
26. Uso indevido por parte de servidores e dirigentes do bem público: (Material, Pessoal, Serviços, etc...);
27. Falta de um órgão em funcionamento na área de modernização administrativa;
28. Falta de uma política de compras de materiais de uso comum compreendendo: Padronização, Aquisição, Guarda e Distribuição;
29. Falta de controle nas atividades de suprimento;
30. Apadrinhamento demasiado na definição da função gratificada e cargo em comissão, sem qualificação adequada;
31. Falta de auditoria interna frequente nos Órgãos Públicos;
32. Falta de planejamento integrado para as funções de Administração Geral no Setor Público;
33. Falta de uniformidade de horário de trabalho para os Órgãos Públicos;

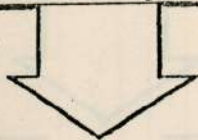
Segmento - ADMINISTRAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

- 
34. Falta de um planejamento de espaço físico apropriado para execução das tarefas específicas do Órgão;
 35. Falta de implementação de Escola de Aperfeiçoamento do Serviço Público;
 36. Falta de uma melhor utilização dos prédios do Estado, por parte do Órgão Público;
 37. Falta de um cadastro único para o servidor público,(incluindo Administração Direta e Indireta);
 38. Falta de um sistema central de Arquivo e Micro-Filmagem;
 39. Falta de um Plano de Cargos e Salário, para a Administração Indireta (Autarquias e Fundações);
 40. Falta de uniforme de padrões salariais para cargos da mesma natureza para toda Administração Pública (Direta e Indireta);
 41. Falta de informações e conhecimento para servidores e usuários das atividades desenvolvidas pelo Órgão;
 42. Falta de uma Unidade responsável pela implementação do Plano de Cargos e Salários Estadual;
 43. Falta de um Programa de Treinamento de gerentes em todos os níveis.

Segmento - ADMINISTRAÇÃO
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

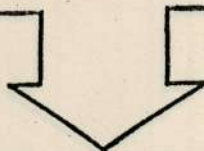
PRIORITIZAÇÃO



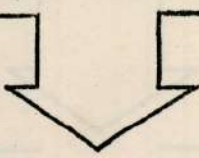
01. Falta de uma política de recursos humanos para o Estado que compreende: Recrutamento, Seleção, Desenvolvimento de Pessoal (Treinamento), Cargos e Salários.
02. Falta de planejamento integrado para as funções de Administração Geral no Setor Público
03. Falta de racionalidade na aplicação de recursos humanos, material e financeiro, no setor público.
04. Falta de fatores motivacionais para o servidor público;
05. Falta de seriedade na administração da "coisa" pública.

Segmento - ADMINISTRAÇÃO

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



01. Criar um órgão central de documentação e arquivo para o setor público na Secretaria de Administração;
02. Criar uma Comissão especial, através de Decreto Governamental, visando proceder um levantamento de projetos e programas especiais existentes nos diversos órgãos públicos;
03. Criar um cadastro único do servidor público (Administração Direta e Indireta), na Secretaria de Administração;
04. Criar uma unidade responsável pela implementação e acompanhamento do Plano de Cargos e Salários da Administração Direta na Secretaria de Administração;
05. Reestruturar a Secretaria da Administração para desenvolver as seguintes funções: Recursos Humanos, Recursos Materiais e Patrimônio, Transportes e Serviços Auxiliares e Racionalização Administrativa;
06. Elaborar um Anti-Projeto de Lei proibindo o ingresso do servidor público sem Concurso Público (Administração Direta e Indireta);
07. Elaborar um Anti-Projeto de Lei CRIANDO UMA Fundação com objetivo de: (Recrutamento, Seleção, Treinamento, Administração de Cargos e Salários) para os servidores da Administração Direta e Indireta, devendo ser auto-financeável, vinculando-a a Secretaria de Administração;
08. Extinguir e/ou incorporar órgãos externos e internos da administração pública que envolvam atividade correlatas a saber: Secretaria da Habitação e Previdência e Secretaria do Governo;
09. Vincular a Secretaria da Administração o órgão de Previdência do Estado e a PRODASE;

- 
10. Uniformizar os diversos Estatutos (Magistério, Polícia Civil , Polícia Militar, Funcionário Público e Magistratura) revisando e corrigindo os erros existentes;
 11. Criar uma Comissão Central de compras de materiais de uso co mum dentro da Secretaria da Administração;
 12. Maior atuação da Auditoria Geral do Estado no órgão da adminis tração direta;
 13. Criar uma Comissão através de Decreto Governamental, visando elaborar um Plano de Cargos e Salário Único para a adminis tração indireta sob a supervisão da Fundação, relacionado no item 07;
 14. Estudar a localização mais adequada da Auditoria Geral do Esta do adequando-a de pessoal qualificado para exercer com efica cia suas atividades;
 15. Criar uma Secretaria Extraordinária de Programas e Projetos Especiais: desburocratização, estrutura orgânica, administração direta e indireta e outros programas, devendo ser subordinada diretamente ao Governador e desenvolver suas atividades, atra vés de Comissões Especiais temporárias;
 16. Centralizar o abastecimento de combustível, através da compra direta;
 17. Promover por iniciativa do Governo do Estado reuniões periódi cas por segmento da administração pública estadual;
 18. Quantificar o quadro de pessoal do Estado.

Segmento - ADMINISTRAÇÃO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

01. Reestruturar a Secretaria da Administração para desenvolver as seguintes funções: Recursos Humanos, Recursos Minerais e Patrimônio, Transportes e Serviços Auxiliares e Racionalização Administrativa.
02. Elaborar um Anti-Projeto de Lei criando uma Fundação com objetivo de: (Recrutamento, Seleção, Treinamento, Administração de Cargos e Salários) para os servidores públicos da administração direta e indireta, devendo ser auto-financeável, vinculando-a à Secretaria da Administração.
03. Criar uma Secretaria Extraordinária de Programas e Projetos Especiais: Desburocratização, Estrutura Orgânica, Administração Direta e Indireta e Outros Programas, devendo ser subordinada diretamente ao Governador e desenvolver suas atividades, através de Comissões Especiais temporárias.
04. Criar um órgão central de documentação e arquivo para o servidor público na Secretaria da Administração.
05. Criar um Cadastro Único do servidor público (Administração direta e indireta), na Secretaria da Administração.

RELATOR: MARIA ANTONIA MACHADO PASQUALLINO

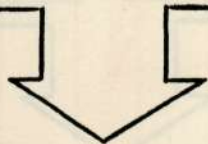
ORIENTADOR METODOLÓGICO: ANTONIO ALVARO DE CARVALHO

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|---|--|
| 01. JOSEFA ALEXANDRINA DE J. MOURA | 02. TEREZINHA G. DE ANDRADE |
| 03. MARILENE SOUZA ALVES | 04. ANTONIO TAVARES DE O. FILHO |
| 05. M ^{do} CARMO C. DOS SANTOS | 06. ACACIA M ^a ROMERO ALVES |
| 07. M ^a ANTONIA M. PASQUALLINO | 08. ALDO ARMANDO DEDA |
| 09. RAIMUNDO FERREIRA SANTOS | 10. LUIZ ANTONIO DOS S. MONTEIRO |
| 11. ELIONIO ACIOLY DOS SANTOS | 12. MANOEL JUVENCIO DOS S. FILHO |

Segmento - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

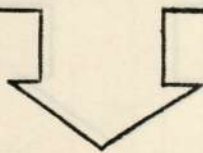
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



01. Falta integração nos órgãos do setor;
02. Difícil acesso aos meios de produção: Terra- questão fundiá
ria; Capital - Crédito Rural;
03. Paralelismo de atividades no setor;
04. Deficiência de Planejamento;
05. Falta de uma efetiva política agrícola;
06. Deficiência no sistema de Armazenagem;
07. Não há prioridade para o setor;
08. Falta de assistência creditícia ao pequeno produtor;
09. Falta melhor organização do sistema cooperativo;
10. Inexistência de uma política de abastecimento;
11. Precária política de conscientização do homem do campo;
12. Ausência de controle de qualidade dos produtos agrícolas;
13. Desprestígio do setor agrícola a nível nacional e local;
14. Dificuldade de acesso dos dirigentes dos órgãos às autorida
des decisórias;
15. Ineficaz política de preços;
16. Falta de uma política de produção e distribuição de semen
tes e mudas;
17. Deficiência no sistema de acompanhamento e avaliação;
18. Desarranjo do quadro institucional do setor;
19. Política de preços mínimos, prejudicando o setor;
20. Altos custos dos insumos agrícolas;
21. Supervalorização dos resultados que dão dividendos políti
cos;
22. Ineficiência na política de mecanização agrícola;
23. Falta de integração entre os órgãos ligados ao setor de
abastecimento;

Segmento - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



24. Assistência Técnica e Extensão Rural deficientes, especialmente no setor pecuário;
25. Uso indiscriminado de agrotóxicos;
26. Distorção de funções verificadas em alguns órgãos;
27. Reduzido apoio Político/Administrativo ao Secretário da Agricultura;
28. Desrespeito aos critérios de recrutamento de pessoal;
29. Reduzida disponibilidade de tecnologia adequada à pequena produção;
30. Falta de critérios e pouca valorização, referentes à capacitação de pessoal;
31. Deficiência de informações estatísticas no setor;
32. Falta de regionalização da produção agrícola;
33. Falta política de minimização da ação do atravessador;
34. Ausência de poder legal para ação fiscalizadora da Secretaria Municipal de Abastecimento;
35. Insuficiência de recursos financeiros;
36. Deficiência quantitativa de técnicos ligados ao setor;
37. Deficiente qualificação gerencial de parte dos executivos;
38. Falta de ações que impeçam a saída de produtos básicos carentes ao Estado;
39. Falta de uma política de preservação de meio-ambiente;
40. Deficiência de integração Pesquisa/Extensão/Produtor;
41. Descontinuidade de ações;
42. Inexistência, na zona rural, de um período escolar adaptado ao calendário agrícola;

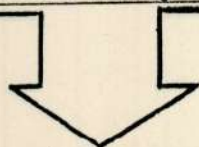
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

- 43. Inexpressiva representatividade do seguro agrícola;
- 44. Excesso de burocracia;
- 45. Deficiência operacional dos mercados do produtor;
- 46. Orçamento público fora da realidade do setor;
- 47. Falta integração Universidade/Orgãos Públicos ligados ao setor;
- 48. Ineficiente ação de assistência social no campo;
- 49. Falta de estímulos à Agro-Indústria;
- 50. Parâmetros de financiamentos agrícolas irrealis;
- 51. Baixa remuneração salarial;
- 52. Falta moralidade na aplicação dos recursos públicos;
- 53. Ausência de incentivos à eletrificação rural;
- 54. Faltam estradas vicinais.

Segmento - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

PRIORITIZAÇÃO



01. Falta de uma efetiva política agrícola.

02. Difícil acesso aos meios de produção: Terra- Questão Fundiária; Capital - Crédito Rural.

03. Falta integração nos órgãos do setor.

04. Precária política de conscientização do homem do campo.

05. Descontinuidade de ações.

06. Paralelismo de atividades no setor.

Segmento - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

01. Criar uma unidade específica de irrigação na estrutura da Secretaria de Agricultura;
02. Reforçar e expandir a frota mecanizada da COMASE via financiamentos, através de agentes financeiros internos ou externos e/ou outras fontes;
03. Promover a construção de armazéns comunitários em localidades estratégicas, bem como oferecer aos pequenos produtores silos metálicos, através de financiamentos da CIBRAZEM e /ou outras fontes;
04. Criar no BANESE um fundo de desenvolvimento agropecuário voltado para o pequeno produtor, garantindo a aplicação de 70 % (setenta por cento) dos recursos para custeio e 30% (trinta por cento) para investimento;
05. Criação de mercados setoriais em áreas periféricas de grande densidade populacional;
06. Reestruturar a Secretaria de Agricultura para atender aos seguintes pontos:
 - a) Regionalização;
 - b) Produção e divulgação sistemática de informações estatísticas agrícolas;
 - c) Criação do cargo em comissão de Secretário Adjunto;
 - d) Ampliação do quadro de assessores.
07. Reestruturar, via decreto governamental, o Conselho Estadual de Agricultura, incluindo representação de categorias profissionais do setor, associação dos produtores, dos trabalhadores rurais e das cooperativas agrícolas;

Segmento - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

08. Promover seminários de avaliação de desempenho, a cada seis meses, com os dirigentes e técnicos dos órgãos do setor agrícola;
09. Subsidiar insumos básicos ao pequeno produtor rural, através de órgãos oficiais;
10. Adquirir ou destinar áreas irrigáveis e criar infraestrutura para produção de sementes;
11. Ampliar as ações do programa de fomento e melhoramento genético à pecuária, através da aquisição e distribuição de reprodutores e matrizes selecionadas, assim como a utilização da inseminação artificial;
12. Adquirir o excedente da produção para formação de estoques reguladores através de financiamentos;
13. Destinar recursos da Secretaria de Agricultura para aquisição e distribuição de terras;
14. Alocar recursos financeiros no orçamento do DER/SE a serem aplicados na abertura e conservação de estradas vicinais;
15. Celebrar convênios com Prefeituras Municipais com vistas à produção comunitária de alimentos de origem animal (pocilgas, aviários e outros);
16. Criação da Campanha de Eletrificação Rural, vinculada à ENERGIPE;

Segmento - AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

01. Criar no BANESE um fundo de desenvolvimento agropecuário voltado para o pequeno produtor, garantindo aplicação de 70%(setenta por cento) dos recursos para custeio e 30%(trinta por cento) para investimentos.
02. Promover a construção de armazéns comunitários em localidades estratégicas, bem como fornecer aos pequenos produtores silos metálicos, através de financiamentos da CIBRAZEM e/ ou outras fontes;
03. Criar uma unidade específica de irrigação na estrutura da Secretaria de Agricultura;
04. Adquirir o excedente da produção para formação de estoques reguladores, através de financiamentos;
05. Subsidiar insumos básicos ao pequeno produtor rural, através de órgãos oficiais;
06. Adquirir ou destinar áreas irrigáveis e criar infraestrutura para produção de sementes.

RELATOR: JOAO FERREIRA AMARAL

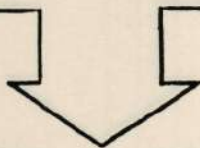
ORIENTADOR METODOLOGICO - JOSE PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|------------------------------|-----------------------------|
| 01. LUIS SIMOES | 02. JOAO FERREIRA AMARAL |
| 03. FERNANDO LOPES CRUZ | 04. JOSE VALMOR RIBEIRO |
| 05. DJAVAN RODRIGUES DIU | 06. VICENTE DE PAULA P.NETO |
| 07. ARY OSVALDO R.BONFIM | 08. LUIZ EDUARDO A.DE BRITO |
| 09. CLELIO DA SILVA ARAUJO | 10. JOAO RAFAEL DE OLIVEIRA |
| 11. LUIZ FERREIRA DOS SANTOS | 12. SAULO ELOY |
| 13. JOSE DE SOUZA PAIXAO | 14. EDUARDO LUIZ S.COSTA |
| 15. HUNALD ALMEIDA | |

Segmento - ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

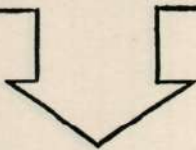
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



01. Melhor cumprimento da Legislação aplicada à Fiscalização e Arrecadação;
02. Interferência da União, no tocante à concessão de isenções no âmbito estadual, prejudicando a arrecadação;
03. Falta de condições (instalações físicas) nos Postos Fiscais e Exatorias;
04. Má aplicação dos recursos financeiros, gerando um descontentamento Fisco-Contribuinte;
05. Insuficiências de natureza externa no desempenho da Arrecadação e Fiscalização;
06. Estrutura orgânica inadequada da área de Arrecadação e Fiscalização;
07. Inadequado sistema de Arrecadação e Tributação;
08. Inadequado sistema de informações para a Arrecadação e Tributação;
09. Falta de aproveitamento da capacidade do pessoal especializado.
10. Falta de consolidação da legislação do IDM;
11. Interferência externa na política de recursos humanos, no sistema de Arrecadação e Tributação;
12. Carência de Pessoal especializado para exercer as atividades meio da Secretaria da Fazenda;
13. Inexistência de Programas de sensibilização para o grupo Arrecadação, Fiscalização e Administração;
14. Insuficiência de material e equipamento para o desempenho das funções de Fiscalização e Arrecadação;
15. Inexistência de um sistema de acompanhamento dos créditos e transferência de recursos de origem Federal e de outros Estados;

Segmento - ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

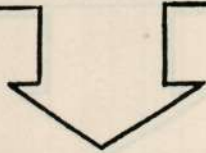
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



16. Falta de objetividade na Política Tributária Estadual;
17. Falta de autonomia e independência para os Agentes Fiscalizadores;
18. Falta de um programa de conscientização ao consumidor (Educação Tributária), sobre os Tributos Estaduais;
19. Falta de racionalização administrativa na tramitação burocrática;
20. Falta de apoio hierárquico ao preposto do fisco (Fiscal ou Agente Fazendário) em suas atividades fiscalizadoras;
21. Inexistência de um órgão específico para atendimento ao consumidor;
22. Falta de controle e eficiência na cobrança da Dívida Ativa;
23. Inadequado programa "ICM Premiado", no processo de elevação da receita, em face dos altos custos operacionais;
24. Falta de utilização dos relatórios técnicos sobre arrecadação, tributação e outro pelo pessoal técnico envolvido;
25. Falta de um sistema de remuneração adequado com a responsabilidade social do Grupo Fisco;
26. Falta de uma Escola de Administração Fazendária;
27. Falta de um órgão específico para desenvolver as atividades de julgamento de processos administrativos fiscais em grau de 1ª instância;
28. Falta de critérios para horário de trabalho para o pessoal do Fisco;
29. Falta de cobrança de contribuição de melhoria;
30. Falta de critérios para a cobrança do ITBI;

Segmento - ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

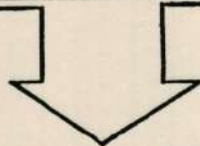


31. Falta de instrumentos de divulgação para a Administração Tributária;
32. Falta de um órgão específico na Secretaria da Fazenda para funcionar como orientação ao contribuinte;
33. Falta de uma biblioteca técnica especializada na Secretaria da Fazenda;
34. Falta de divulgação oficial dos resultados dos julgamentos de processos.

Segmento - ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

PRIORITIZAÇÃO



01. Influências de natureza externa no desempenho da Arrecadação e Tributação.
02. Falta de condições (instalações físicas) nos Postos Fiscais e Exatorias.
03. Falta de um sistema de remuneração adequado com a responsabilidade social do grupo Fisco.
04. Falta de objetividade na Política Tributária Estadual.
05. Estrutura orgânica inadequada da área de Arrecadação e Fiscalização.

Segmento - ARRECAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

01. Elaborar na Secretaria da Fazenda um sistema de informações cadastrais concentrando todas as informações econômicas e financeiras do contribuinte;
02. Revogar os Decretos Estaduais que estabelecem a Isenção;
03. Elaborar um Programa, visando a construção e recuperação de Postos Fiscais e Exatorias;
04. Criar uma Comissão para elaborar estudos, visando a desativação de Postos Fiscais, Exatorias e Postos de Arrecadação deficitários;
05. Adquirir veículos, máquinas e equipamentos, visando dotar a Secretaria da Fazenda do suporte necessário para o desempenho de suas funções, através de recursos próprios e/ou Convênios;
06. Criar uma Comissão, visando elaborar um sistema de remuneração do pessoal do Fisco;
07. Institucionalizar reuniões periódicas entre os dirigentes da Secretaria, visando a melhor integração do Sistema;
08. Criar Comissão, visando a reformulação da estrutura orgânica da S.E.F.;
09. Incluir no Centro de Treinamento do servidor público um órgão específico a Administração Fazendária;
10. Dar continuidade ao Programa de Informática que está sendo desenvolvido pela S.E.F.;
11. Elaborar Decreto regulamentando procedimentos administrativos da Dívida Ativa do Estado;
12. Criar um Sistema na S.E.F. de acompanhamento dos créditos financeiros Federais e Estaduais;
13. Dar continuidade ao Programa de Fiscalização instituído pelo Plano de Fiscalização Estadual.

Segmento - ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

01. Adquirir veículos, máquinas e equipamentos, visando dotar a Secretaria da Fazenda do suporte necessário para o desempenho de suas funções, através de recursos próprios e/ou Convênios.
02. Dar continuidade ao programa de informática que está sendo desenvolvido pela S.E.F.
03. Criar uma Comissão, visando elaborar um sistema de remuneração do pessoal do Fisco.
04. Criar Comissão, visando a reformulação da estrutura orgânica da S.E.F.
05. Elaborar um programa, visando a construção e recuperação de Postos Fiscais e Exatorias.

RELATOR: **WASHINGTON SANTOS BARRETO**

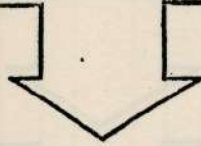
ORIENTADOR METODOLOGICO - ANTONIO ALVARO DE CARVALHO

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

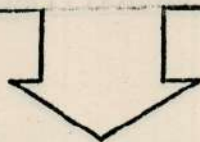
- | | |
|----------------------------------|--------------------------------|
| 01. WILLIAMS ALMEIDA SANTOS | 02. JOSE ALBERTO G. CARVALHO |
| 03. MATIAS MARCONI MENEZES SILVA | 04. LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA |
| 05. OSCAR DOS SANTOS NETO | 06. JOSE ALMEIDA BARRETO |
| 07. WASHINGTON SANTOS BARRETO | 08. LUIZ DA COSTA PEREIRA NETO |

Segmento - AUDITORIA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



01. Ausência de treinamento específico;
02. Falta de reuniões dos dirigentes de órgãos com a Auditoria, (Diretores de áreas envolvidas);
03. Falta de reuniões periódicas dos Auditores com o seu superior;
04. Insuficiência de pessoal especializado para a área de Auditoria;
05. Falta de cumprimento, por parte dos órgãos da administração estadual, das recomendações oriundas da Auditoria;
06. Salários não condizentes com as responsabilidades e independência dos profissionais;
07. Normas de controle interno desatualizadas;
08. Inadequada estrutura organizacional da área de Auditoria;
09. Contratação de Auditores sem concurso público;
10. Falta de autonomia da Auditoria diante da administração Pública;
11. Inexistência de roteiros de inspeção de conformidade com a natureza dos órgãos a auditar;
12. Falta de um código de administração financeira para a administração estadual;
13. Admissão de Auditores sem exigência de experiência profissional;
14. Falta de Auditoria, em um só exercício, a todos os órgãos da administração Estadual;
15. Falta de intercâmbio da Auditoria com as de outros Estados mais desenvolvidos;
16. Inexistência de sanções aplicáveis às irregularidades verificadas;
17. Auditores colocados à disposição de outros órgãos para exercerem atividades fora do seu campo de ação;

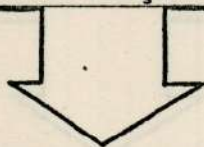


18. Falta de uma Biblioteca adequada para consultas permanentes;
19. Falta de distribuição do pessoal técnico nas áreas especializadas;
20. Inexistência da obrigatoriedade de remessa à Auditoria, por parte dos órgãos da administração indireta, das normas que disciplinam os aspectos financeiros, contábeis e administrativos;
21. Falta de um maior relacionamento entre Auditoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado;
22. Influência de natureza externa no desempenho da Auditoria;
23. Falta de um sistema computadorizado para cadastro das informações inerentes aos órgãos da administração estadual;
24. Inexistência, dentro da Auditoria, de um Assessoramento Jurídico;
25. Inexistência de um Plano de Contas padronizado para administração estadual;
26. Dificuldade na elaboração do Relatório Final de Auditoria, por falta de uma padronização;
27. Descumprimento, por parte dos órgãos estaduais, da obrigatoriedade de submeter à opinião da Auditoria Geral do Estado a contratação de auditorias externas e independentes;
28. Não é dado conhecimento aos Auditores das constantes modificações da Legislação;
29. Falta de conscientização dos dirigentes das necessidades da Auditoria.

Segmento - AUDITORIA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

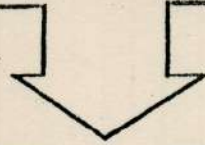
PRIORITIZAÇÃO



01. Insuficiência de Pessoal especializado para a área de Auditoria.
02. Salários não condizentes com as responsabilidades e independência dos profissionais.
03. Falta de autonomia diante da Administração Pública.
04. Inadequada estrutura organizacional da área de Auditoria.
05. Admissão de Auditores sem exigência de experiência profissional.

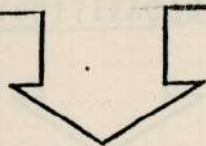
Segmento - AUDITORIA

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



01. Criar Comissão para elaborar normas de controle interno e de definir os papéis de trabalho na Auditoria;
02. Criar uma Comissão de técnicos, dentro da Auditoria com o objetivo de fornecer subsídios para a elaboração de uma nova legislação, reestruturando o órgão, dentro das necessidades reais;
03. Realizar treinamentos de Auditoria, ministrados por técnicos especializados na área;
04. Redimensionar o quadro de Auditores e realizar Concurso Público para o preenchimento dos cargos, exigindo-se a comprovação de experiência na área do setor público ou privado;
05. Dotar a Auditoria de uma biblioteca adequada para consultas permanentes;
06. Firmar Convênios com outros Estados, no sentido de promover intercâmbio de conhecimentos e experiências, na área de Auditoria;
07. Promover Concurso Interno, como forma de acesso dos contadores da Auditoria aos cargos de Auditores;
08. Criar Comissão para elaborar estudos, visando a estruturação de um grupo ocupacional de controle interno, com remuneração compatível com o nível de responsabilidade exigido para as funções de Auditor;
09. Registrar os Auditores na Comissão de valores mobiliários - C.V.M. e Banco Central, com o objetivo de outorgar competência aos Auditores que executarem Auditorias independentes;
10. Institucionalizar reuniões periódicas no âmbito da Auditoria, entre os Auditores e com dirigentes de áreas envolvidas;

Segmento - AUDITORIA
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

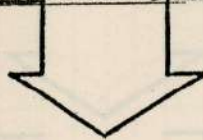


11. Criar uma Comissão em conjunto com a Inspeção Geral de Finanças, visando uniformizar os planos de contas dos órgãos da administração indireta;
12. Dotar a Auditoria de um órgão de assessoramento com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento das atividades do órgão;
13. Designar auditores para acompanhar "in loco", durante todo o exercício, a execução das atividades nas empresas públicas;
14. Institucionalizar no regimento interno da auditoria geral, a atribuição de acompanhar o cumprimento das recomendações por parte dos órgãos auditados;
15. Estabelecer, através de ato legal, sanções aplicáveis aos responsáveis por irregularidades;
16. Criar uma Comissão para elaboração do Código de Administração Financeira para o Estado de Sergipe;
17. Dar conhecimento ao chefe de poder executivo, em forma resumida, da conclusão da auditoria realizada;
18. Implantar um sistema de informações, em processamento de dados, visando um melhor acompanhamento dos serviços de auditoria;
19. Promover reuniões periódicas entre os auditores e os técnicos do Tribunal de Contas, nos assuntos pertinentes à Auditoria;
20. Descentralizar as atividades da Divisão Operacional de Auditoria, criando áreas especializadas, quando da reestruturação do órgão (administração direta e indireta);
21. Elevar os símbolos dos cargos dos órgãos imediatamente subordinados ao Auditor Geral.

Segmento - AUDITORIA

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

PRIORITIZAÇÃO



01. Criar Comissão para elaborar normas de controle interno e de definir os papéis de trabalho na Auditoria.
02. Criar Comissão para elaborar estudos, visando a estruturação de um grupo ocupacional de controle interno, com remuneração compatível com o nível de responsabilidade exigido para as funções de auditor;
03. Criar uma Comissão de Técnicos, dentro da Auditoria com o objetivo de fornecer subsídios para elaboração de uma nova legislação, reestruturando o órgão dentro das necessidades reais.
04. Dar conhecimento ao chefe do poder executivo, em forma resumida, da conclusão da auditoria realizada.
05. Redimensionar o quadro de auditores e realizar Concurso Público para o preenchimento dos cargos, exigindo-se a comprovação de experiência na área do setor público ou privado.

relator: WILLIAMS ALMEIDA SANTOS

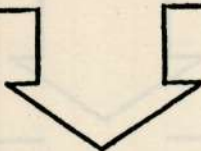
ORIENTADOR METODOLÓGICO - JOSÉ FERNANDES DA SILVA

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|---------------------------------|--------------------------------|
| 01. JOSÉ AUGUSTO CHAVES REZENDE | 02. LUIZ DA COSTA PEREIRA NETO |
| 03. NEHEMIAS LIMA SANTOS | 04. EDNA PEREIRA DOS SANTOS |
| 05. GIMLE CAJUEIRO DE HOLANDA | 06. WILLIAMS ALMEIDA SANTOS |
| 07. PEDRO MENEZES FEITOSA | 08. JOSÉ FERREIRA DE ARAÚJO |
| 09. JOSÉ PINHEIRO CAMPOS FILHO | 10. HUMBERTO CARDOSO |

Segmento - CIENCIA E TECNOLOGIA

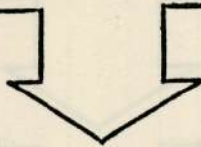
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



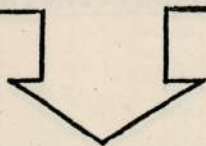
01. Falta de interesse e/ou conscientização dos dirigentes sobre a questão Ciência e Tecnologia;
02. Insuficiência de recursos humanos para geração de Ciência e Tecnologia;
03. Falta de qualidade na educação;
04. Insuficiência de recursos financeiros para o setor;
05. Aplicação de tecnologia sem o devido respaldo científico;
06. Deficiência na estrutura e gerenciamento do sistema estadual de Ciência e Tecnologia;
07. Falta de critérios de competência na seleção de pessoal para os Institutos de Ciência e Tecnologia;
08. Política salarial do setor inadequada;
09. Má estruturação das entidades da C & T;
10. Dificuldade na captação de recursos externos;
11. Falta de um programa de transferência de tecnologia;
12. Fundo de desenvolvimento científico e tecnológico do Estado inoperante;
13. Deficiência de recursos bibliográficos nas diversas áreas de Ciência e Tecnologia;
14. Ausência de informações de problemas do desenvolvimento do Estado ligados a C & T à comunidade científica;
15. Falta participação efetiva do Conselho de Ciência e Tecnologia em assuntos pertinentes à área;
16. Falta de apoio as atuais instituições ligadas a C & T;
17. Falta de apoio aos inventos da região;

Segmento - CIENCIA E TECNOLOGIA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



18. Pouca interação entre a UFS, órgãos do Estado e empresas privadas para melhor aproveitamento de recursos humanos e minerais;
19. Pulverização de recursos em geral;
20. Falta de identificação de metas por parte dos órgãos C & T com as reais necessidades do Estado;
21. Universidade pouco voltada à pesquisa e com pós graduação insipiente;
22. Falta de equipamentos;
23. Dificuldade na importação de equipamentos;
24. Inexistência de um mecanismo para negociar Tecnologia;
25. Falta de projetos de incentivo ao ensino de Ciência no 1º e 2º Graus;
26. Falta de um programa de intercâmbio com instituições de C & T no Brasil e no exterior;
27. Falta de incentivo ao desenvolvimento de Tecnologia Aplicada;
28. Utilização inadequada de pessoal qualificado existente no Estado;
29. Falta de assessoria para informação efetiva ao Governo do que ocorre em Ciência e Tecnologia;
30. Composição inadequada do CONCIT;
31. Falta de um programa de treinamento em recursos humanos;
32. Precário programa de formação de recursos humanos;
33. Falta de um programa de apoio institucional de natureza tecnológica a pequena e média empresa;
34. Falta de divulgação dos resultados das pesquisas realizadas no Estado;
35. Ausência de uma instituição específica que congregue as atividades relativas ao segmento C & T;

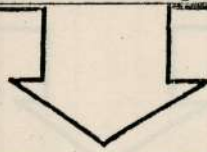


36. Falta de estrutura ágil e sensibilidade para facilitar o trabalho dos pesquisadores;
37. Falta de um programa de industrialização de produtos naturais dos e nos municípios;
38. Falta a participação efetiva de representação de classe nos Conselhos dos órgãos ligados à C & T;
39. Falta de estímulo aos pesquisadores para o contexto de C & T (Prêmios, etc);
40. Ausência de um banco de dados integrado ao sistema nacional de C & T;
41. Falta de um levantamento mais detalhado dos recursos naturais do Estado;
42. Não há preocupação social na elaboração e execução de projetos tecnológicos.

Segmento - CIENCIA E TECNOLOGIA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

PRIORITIZAÇÃO



01. Falta de interesse e/ou conscientização dos dirigentes sobre a questão Ciência e Tecnologia.

02. Insuficiência de recursos humanos para geração de Ciência e Tecnologia.

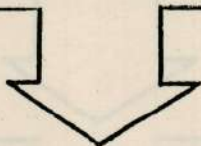
03. Deficiência na estrutura e gerenciamento do sistema estadual de Ciência e Tecnologia.

04. Insuficiência de recursos financeiros para o setor.

05. Ausência de uma instituição específica que congregue as atividades relativas ao segmento C & T.

Segmento - CIENCIA E TECNOLOGIA

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



01. Criar um grupo de trabalho (GT) integrado por técnicos das instituições estaduais e consultores para análise do sistema de C & T, objetivando as proposições de modificações ou ajustes na estrutura geral do sistema, com vistas à maior articulação e produtividade;
02. Elaborar Projeto-de-Lei para criação de uma Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, com estrutura leve e dotação orçamentária prefixada em certa percentagem do ICM ou dos royalties do petróleo;
03. Elaborar Projeto-de-Lei de criação da Secretaria de Ciências e Tecnologia;
04. Elaboração de um plano de reequipamento dos órgãos ligados à C & T, objetivando o desenvolvimento de pesquisas e prestação de serviços;
05. Firmar convênios no sentido de unir as experiências da UFS e Estado para ministrar cursos nas áreas consideradas carentes em recursos humanos;
06. Modificar a composição dos conceitos dos órgãos, permitindo o ingresso de representantes de classes ligadas à C & T;
07. Criação de um núcleo de ensino de ciências com a participação da UFS, para a formação de professores de nível médio (reciclagem) substituindo, progressivamente, colégio por colégio do Estado, professores que não tenham formação, pelos reciclados;
08. Criar comitê assessor integrado por representantes dos segmentos de C & T, Indústria e Planejamento, para a continuação dos trabalhos do Complexo Industrial Integrado de Base(CIIB);

Segmento - CIENCIA E TECNOLOGIA
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

09. Criação de um programa de formação de recursos humanos, inclusive profissionais especialistas em Administração e política de C & T;
10. Criação de um programa de incentivo ao desenvolvimento do ensino de Ciências do 1º e 2º Graus, incluindo a realização de Concursos para pesquisadores mirins e de uma Feira Anual de Ciências;
11. Criar um programa de Assistência Tecnológica à pequena e média empresa;
12. Elaboração de um Estatuto de Pessoal, vinculado a C & T, especificando o acesso e a progressão nas carreiras de pesquisador, técnico e auxiliar de pesquisa;
13. Firmar convênio, visando utilizar as facilidades computacionais da UFS, no sentido de, efetivamente, implementar um banco de dados integrado de C & T;
14. Promover o desenvolvimento de plantas piloto de inventos com resultados positivados em escala de laboratório e de bancada, dando-se prioridade àquelas de maior interesse para o desenvolvimento do Estado;
15. Criação de uma revista da C & T para divulgação das pesquisas produzidas no Estado, dos projetos de implementação de tecnologia e de informações de interesse geral do segmento;
16. Criação de um comitê assessor que possibilite a negociação de tecnologias desenvolvidas no Estado.

Segmento - CIENCIA E TECNOLOGIA
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO

01. Elaborar Projeto-de-Lei para criação de uma Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, com estrutura leve e dotação orçamentária prefixada em certa percentagem do ICM ou dos royalties do petróleo.
02. Elaborar Projeto-de-Lei de criação da Secretaria de Ciências e Tecnologia.
03. Criar um grupo de trabalho (GT) integrado por técnicos das instituições estaduais e consultores para análise do sistema de C & T, objetivando as proposições de modificações ou ajustes na estrutura geral do sistema, com vista à maior articulação e produtividade.
04. Elaboração de um plano para reequipamento dos órgãos ligados à C & T, objetivando o desenvolvimento de pesquisas e prestação de serviços.
05. Elaboração de um Estatuto de Pessoal, vinculado a C & T, especificando o acesso e a progressão nas carreiras de pesquisador, técnico e auxiliar de pesquisa.

RELATOR: ALEXANDRE DINIZ

ORIENTADOR METODOLÓGICO - JOSE PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

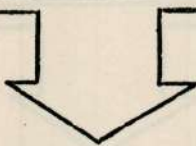
- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 01. CLEMISSON ARAÚJO | 02. NEIDE SANTANA |
| 03. VALQUIRIA SANTOS CARVALHO | 04. ALEXANDRE DINIZ |
| 05. JOSE BARRETO FONTES | 06. GISELDA MORAIS |
| 07. RAIMUNDO M. DE ARAÚJO | 08. HELIO FERREIRA |
| 09. GILBERTO SANTANA | 10. JOAO SAMPAIO D'ÁVILA |
| 11. MANOEL F. DE ANDRADE FILHO | 12. JOSE AMERICO DE AZEVEDO |

Segmento - CULTURA
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

01. Falta de apoio às Instituições tradicionais de Cultura;
02. Falta de infraestrutura para apresentação da Orquestra Sin
fônica;
03. Não tratamento da Cultura como segmento do desenvolvimento
econômico-social;
04. Interferência político-partidária na ação cultural do Go
verno;
05. Deficiência estrutural dos órgãos que cuidam da Cultura;
06. Falta de um levantamento global e oficial da arte e dos ar
tistas sergipanos;
07. Deficiência de recursos para manutenção e produção cultu
ral;
08. Falta de um órgão que concentre os profissionais de restau
ração e conservação de bens móveis e imóveis;
09. Deficiência operacional do Teatro Atheneu;
10. Falta de uma política cultural que envolva todos os segmen
tos da administração pública;
11. Falta de uma Secretaria Estadual de Cultura;
12. Falta de conscientização na aplicação da "Lei Sarney";
13. Falta de um levantamento sistemático dos bens culturais do
Estado;
14. Deficiência na divulgação e valorização do Bem Cultural;
15. Falta de uma ação cultural permanente no interior do Es
tado;
16. Falta de integração da Fundação Aperipê com os organismos
culturais do Estado;
17. Deficiência na capacitação e formação de recursos humanos
na área cultural;

Segmento - CULTURA

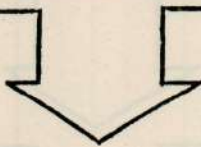
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



18. Desconhecimento, pela população estudantil, da História Cultural Sergipana;
19. Deficiência, no repasse de informações e oportunidades de âmbito nacional, para os artistas locais;
20. Inexistência de espaços culturais no interior do Estado;
21. Excesso de interferência oficial na produção cultural espontânea;
22. Falta de amparo ao produtor cultural;
23. Morosidade no pagamento dos cachês dos grupos artísticos que mantêm o movimento cultural do Estado;
24. Inexistência de um planejamento a curto, médio e longo prazo que estabeleça as prioridades culturais;
25. Deficiência na proteção aos bens culturais;
26. Inadequação no uso dos bens culturais tombados pelo Estado;
27. Inexistência de bolsa de arte;
28. Ausência de uma assessoria cultural na Empresa Sergipana de Turismo;
29. Falta de aproveitamento dos valores locais no processo cultural;
30. Ausência de participação dos escritórios regionais de representação do Estado junto a área cultural;
31. Falta de um plano de divulgação da produção literária do Estado;
32. Falta de implementação das leis que criam os sistemas de arquivo e biblioteca;
33. Falta de um Museu de Artes Plásticas no Estado;
34. Ausência de um Museu Folclórico Sergipano;
35. Deficiência no mecanismo legal de tombamento de monumentos históricos;

Segmento - CULTURA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



36. Falta de autonomia no Conselho Estadual de Cultura;
37. Estrangulamento das ações de Melhoria e Patrimônio Histórico pelas ações da produção artística, nos mesmos órgãos;
38. Ausência de interação entre a política cultural do Estado e as diversas instituições da sociedade civil;
39. Ausência de uma definição política do BANESE em relação ao apoio à produção cultural;
40. Ausência de uma política de preservação da cultura negra, in dia e européia;

Segmento - CULTURA
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES
PRIORIDADES

01. Deficiência estrutural dos órgãos que cuidam da cultura no Estado.

02. Não tratamento da cultura como segmento do desenvolvimento econômico-social.

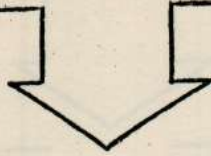
03. Inexistência de um planejamento a curto, médio e longo prazo que estabeleça as prioridades culturais.

04. Falta de uma política cultural que envolva todos os segmentos da administração pública.

05. Falta da Secretaria Estadual de Cultura.

Segmento - CULTURA

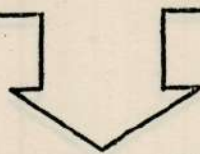
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



01. Criar um grupo de trabalho interinstitucional visando a rees^{truturação} do organismo cultural do Estado;
02. Agregar todos os profissionais de restauração em um só ^{ór}gão;
03. Fazer obedecer o cronograma de desembolso dos recursos aloca^{dos} aos órgãos de cultura;
04. Criar uma vigilância permanente de profissionais de restaura^{ção} nos monumentos restaurados, policiando sua conservação e utilização;
05. Criar instrumentos legais que permitam às entidades ligadas a FUNDESC a utilização dos recursos por ela arrecadados;
06. Priorizar a liberação de recursos aos órgãos oficiais de cul^{tura} para a formação de mão-de-obra especializada;
07. Elaborar o Plano Estadual de Cultura integrando as demais áreas de desenvolvimento do Estado com a participação dos vá^{rios} segmentos da sociedade sergipana;
08. Organizar uma Assessoria Cultural na EMSETUR;
09. Elaborar um Plano de divulgação dos bens culturais sergipa^{nos} através da Fundação Aperipê;
10. Reavaliação dos projetos em execução nos órgãos culturais dando continuidade aos que, reconhecidamente tiveram êxito;
11. Dotar os Museus de sistema de segurança bem como pessoal ca^{pacitado};
12. Incentivar, mediante a celebração de convênios para a assis^{tência} técnica e financeira, a criação de departamentos de cultura nas Prefeituras Municipais;

Segmento - CULTURA

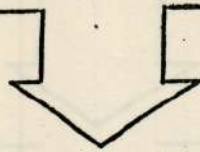
SITUAÇÃO DESEJADA/PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



13. Encaminhar à Assembléia Legislativa mensagem estabelecendo a inclusão da disciplina "Cultura Sergipana" nos currículos de 1º e 2º Graus;
14. Celebrar convênios entre a Fundação Aperipê e Órgãos Culturais visando o estabelecimento de uma política de divulgação de memória cultural;
15. Instituir grupo de trabalho para atualização da legislação sobre preservação e tombamento de bens culturais;
16. Transformar a Orquestra Sinfônica de Sergipe de unidade vinculada à FUNDESC em Fundação;
17. Criar e adequar espaços culturais na capital e no Interior do Estado;
18. Dar prioridade aos artistas e pessoas ligadas a área cultural no preenchimento de quadros funcionais dos órgãos de cultura;
19. Criar o Núcleo Estadual de Museus vinculado ao Sistema Nacional;
20. Reformular o processo de composição do Conselho Estadual de Cultura para que ele tenha maior representatividade;
21. Encaminhar mensagem ao Poder Legislativo promovendo incentivos fiscais à iniciativa privada para os investimentos na área cultural através do ICM ou outros impostos;
22. Criar linhas especiais de Crédito no BANESE para produção cultural;
23. Rever e atualizar os Planos Urbanísticos de Laranjeiras e São Cristovão discutindo amplamente com a população;

Segmento- CULTURA

SITUAÇÃO DESEJADA/PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



24. Informatizar a Biblioteca Pública Estadual e o Arquivo Públi
co mediante sistema de microfilmagem e computação;
25. Retirar as Repartições Públicas e Conselhos que ocupam hoje
as dependências da Biblioteca Pública Epifânio Dórea;
26. Reaparelhamento e reativação da Discoteca Pública;
27. Agilizar o trabalho das assessorias de comunicação nos ór
gãos culturais;
28. Priorizar o apoio à iniciativa privada local envolvida na
promoção de eventos culturais;
29. Promover o registro fonográfico da produção musical sergi
pana;
30. Tombar o Cine Rio Branco;
31. Publicação do Catálogo das Artes Plásticas Sergipanas;
32. Fazer cumprir a lei que determina a obrigatoriedade na colo
cação de obras de arte em prédios públicos.

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

01. LUIZ EDUARDO COSTA

03. AGLAÉ FONTES

05. ELIANE FONSECA

07. LUDUVICO JOSÉ

09. ANTONIO GARCIA FILHO

11. LUCIA SPINELLI

02. CIRÍACO AMARAL

04. AMARAL CAVALCANTE

06. MARIA CHAGAS

08. WELLINGTON COSTA

10. AIVALDO BANTAS

Segmento - CULTURA
SITUAÇÃO DESEJADA/PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORIDADES

01. Criar grupos de trabalho interinstitucionais visando a rees-
truturação do organismo cultural do estado.
02. Elaborar o Plano Estadual de Cultura, integrando as demais
áreas de desenvolvimento do Estado com a participação dos
vários segmentos representativos da sociedade civil.
03. Instituir grupo de trabalho para atualização da legislação
sobre a preservação e tombamento dos Bens Culturais.
04. Fazer obedecer o cronograma de desembolso dos recursos alo-
cados aos órgãos de Cultura.
05. Celebrar convênios entre a Fundação Aperipê e outros órgãos
culturais visando o estabelecimento de uma política de di-
vulgação e memória cultural.

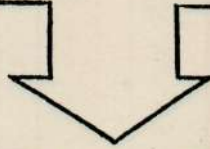
RELATOR: AMARAL CAVALCANTE

ORIENTADOR METODOLÓGICO - JOSE FERNANDES DA SILVA

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|--------------------------|-----------------------|
| 01. LUIZ EDUARDO COSTA | 02. LINDOLFO AMARAL |
| 03. AGLAE FONTES | 04. AMARAL CAVALCANTE |
| 05. ELIANE FONSECA | 06. MARTA CHAGAS |
| 07. LUDUVICE JOSE | 08. WELLINGTON COSTA |
| 09. ANTONIO GARCIA FILHO | 10. RIVALDO DANTAS |
| 11. LUCIA SPINELLI | |

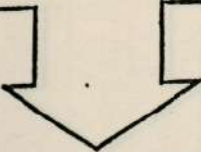
SITUAÇÃO ATUAL \ ENTRAVES



01. Falta de instrumentos de controle do uso do solo urbano;
02. Inexistência de um planejamento urbano integrado e participação ativa;
03. Falta de uma política para o setor;
04. Ausência de uma legislação realística para o setor;
05. Ausência de saneamento básico para as cidades de sergipe;
06. Exagerada concentração de bens e serviços em Aracaju e falta de equipamentos comunitários no interior;
07. Falta de mão-de-obra especializada;
08. Falta de um banco de dados para fornecer informações concretas e confiáveis para uma política de planejamento de Desenvolvimento Urbano;
09. Descumprimento da legislação das normas de segurança na construção civil;
10. Legislação desatualizada;
11. Falta de sensibilização das Autoridades Municipais para ações preventivas de saúde;
12. Falta de preocupação do Governo com a proliferação de favelas;
13. Centralização excessiva do poder;
14. Falta de recursos para o setor, principalmente pela dependência do Poder Central;
15. Despreparo dos Dirigentes Municipais;
16. Desorganização administrativa das Prefeituras;
17. Ausência de atividades urbanas capazes de ocupar a população (comércio, serviços e indústria), especialmente no interior;
18. Ausência de uma política de industrialização (localização da indústria) relacionada com o Desenvolvimento Urbano;
19. Falta de controle no Estado para defesa dos recursos hídricos;

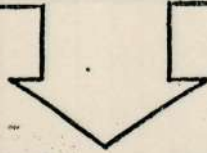
Segmento - DESENVOLVIMENTO URBANO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

- 
20. Falta de um trabalho coordenado entre Estado e Município para aplicação dos recursos escassos existentes destinado ao Desenvolvimento Urbano Municipal;
 21. Falta de uma política migratória;
 22. Falta de uma política de treinamento voltada para o setor;
 23. Falta de uma estrutura dos Órgãos que atuam no setor;
 24. Falta de uma política agrária de fixação do homem do campo;
 25. Falta de uma política de transport-urbano;
 26. Inexistência, no Estado, de um Órgão Central de Desenvolvimento Urbano;
 27. Centralização do Sistema de Transportes em Aracaju;
 28. Falta de viabilização da área metropolitana de Aracaju (Aglomerado Urbano de Aracaju);
 29. Falta de controle, com poder de polícia, para proteção de matas e manguezais;
 30. Falta de uma política para corrigir os desníveis sócio- econômicos entre as regiões (micro-regiões) e municípios sergipanos;
 31. Congestionamento de trânsito;
 32. Não ocupação dos espaços vazios urbanos;
 33. Falta de racionalização dos serviços públicos;
 34. Falta de uma política de criação de áreas de recreação e lazer;
 35. Desorganização do setor informal da economia;
 36. Pulverização física dos Órgãos do setor público estadual e municipal (Aracaju), prejudicando o desenvolvimento dos serviços;
 37. Falta de escolha ou preparação adequada de áreas para ocupação urbana;

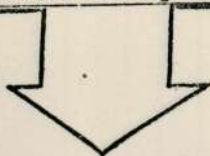
Segmento - DESENVOLVIMENTO URBANO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



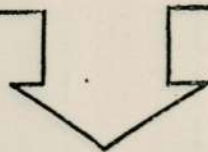
38. Deficiência no Sistema Central de Abastecimento;
39. Crescimento desordenado das áreas urbanas;
40. Enfraquecimento econômico das áreas urbanas do aglomerado urbano de Aracaju;
41. Pouca conservação dos equipamentos implantados.

PRIORITIZAÇÃO



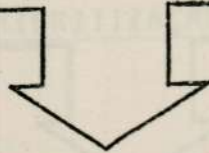
01. Inexistência de um planejamento urbano integrado e participativo.
02. Falta de instrumentos de controle do uso do solo urbano.
03. Falta de uma política para o setor.
04. Exagerada concentração de bens e serviços em Aracaju e falta de equipamentos comunitários no Interior.
05. Inexistência, no Estado, de um Órgão Central de Desenvolvimento Urbano.

Segmento - DESENVOLVIMENTO URBANO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



01. Adoção de uma política de Desenvolvimento Urbano e consequente elaboração, aprovação e implantação de planos;
02. Celebrar Convênios com os Municípios, a fim de estimular a estruturação e consolidação de Pólos Regionais de Desenvolvimento, de acordo com as tendências naturais apresentadas;
03. Criação de um Órgão de Desenvolvimento Urbano, cujas ações sejam respaldados em um Conselho de natureza deliberativa, composto de representantes de Órgãos e Associações de Classe e de Moradores, presidido pelo Governador do Estado;
04. Criar um Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerido pelo Órgão de Desenvolvimento Urbano e suprido pelas seguintes fontes:
 - Receitas orçamentárias;
 - Percentuais de taxas de serviços públicos;
 - Royalties de petróleo e minerais;
 - Doações;
 - Financiamentos internos e externos e
 - Outros;
05. Estabelecer Convênio ou Programa com Órgãos Federais para implantação de Saneamento básico nos centros urbanos;
06. Implantar um programa de descentralização administrativa com base em proposta já existente na SEPLAN, capaz de induzir a descentralização de outras atividades;
07. Celebrar Convênios com os Municípios, visando criar instrumentos legais que permitam à administração pública gerenciar o Desenvolvimento Urbano, priorizando os Municípios da região da grande Aracaju;

Segmento - DESENVOLVIMENTO URBANO
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



08. Enviar à Assembléia Legislativa Projeto-de-Lei de reorganiza
ção dos órgãos que lidam com o Desenvolvimento Urbano, procuran
do adequá-los às necessidades presentes;
09. Celebrar Convênios com órgãos ou entidades especializadas em
Desenvolvimento Urbano, objetivando o treinamento de mão- de -
obra;
10. Implementação de uma política de habitação popular, envolvendo
processos de urbanização de favelas e desfavelamento;
11. Elaborar um programa de implantação e/ou dos equipamentos de
saúde, educação, cultura, segurança e lazer nos municípios, de
acordo com as prioridades a serem previamente estabelecidas;
12. Implantar uma política especialmente diferenciada de remunera
ção e vantagens para o servidor estadual, considerando-se a
distância a Aracaju como fator preponderante;
13. Implementar um programa de preservação e valorização dos bens
naturais e culturais integrados à política geral do Desenvol
vimento Urbano;
14. Reativar a construção do Centro Administrativo de Sergipe.

RELATOR: FERNANDA A. FRANÇA

ORIENTADOR METODOLÓGICO: JOSE PEREIRA ALVIM

PARTEICIPANTES DO SEGMENTO

01. BERILO JAVIERES SAUNDÉS

02. JOSÉ AUGUSTO BARRETO

03. DELMO CARVALHO AMARAL

04. WELTON LUIZ COSTA

05. ALEXANDRE DINIZ

06. VERA LUCIA A. FRANÇA

07. BARBARA C. C. BARRETO

08. ANTONIO BENDON

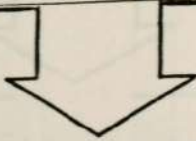
09. GEOVANI PINHO LIRIO

10. ADALBERTO P. DE FIGUEIREDO

11. CATIA LOUREIRO

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

PRIORITIZAÇÃO



01. Criação de um Órgão de Desenvolvimento Urbano, cujas ações sêjam respaldados em um Conselho de natureza deliberativa, composto de representantes de Órgãos e Associações de Classe e de Moradores, presidido pelo Governador do Estado.
02. Adoção de uma política de Desenvolvimento Urbano e consequente elaboração, aprovação e implantação de planos.
03. Implantar um programa de descentralização administrativa com base em proposta já existente na SEPLAN, capaz de induzir a descentralização de outras atividades.
04. Criar um Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerido pelo órgão de Desenvolvimento Urbano e suprido pelas seguintes fontes:
 - Receitas orçamentárias;
 - Percentuais de taxas de serviços públicos;
 - Royalties de petróleo e minerais;
 - Doações;
 - Financiamentos internos e externos e
 - Outros.
05. Implantar uma política espacialmente diferenciada de remuneração e vantagens para o servidor estadual, considerando-se a distância a Aracaju como fator preponderante.

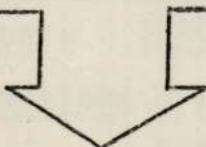
RELATOR: VERA LUCIA A.FRANÇA

ORIENTADOR METODOLOGICO- JOSE PEREIRA ALVIM

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|---------------------------|-------------------------------|
| 01. BERILO TAVARES SANDES | 02. JOSE AUGUSTO BARRETO |
| 03. DELMO CARVALHO ARAGAO | 04. WELLINGTON COSTA |
| 05. ALEXANDRE DINIZ | 06. VERA LUCIA A.FRANÇA |
| 07. BARBARA C.C.BARNCO | 08. ANTONIO BENDOCHI |
| 09. GEOVANI PINTO LIRIO | 10. ADALBERTO P.DE FIGUEIREDO |
| 11. KATIA LOUREIRO | |

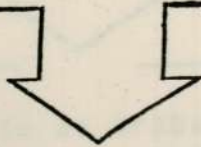
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



01. Rotinas arcaicas e burocratizadas;
02. Continuísmo dos altos índices de evasão e repetência;
03. Falta profissionalizar cerca de 60% (sessenta por cento) dos professores da zona rural;
04. Ausência de respeito aos critérios na admissão dos profissionais:
 - Magistério;
 - Demais Recursos Humanos.
05. Baixa remuneração dos profissionais do Magistério;
06. Déficit de atendimento escolar;
07. Crescimento do ensino municipal sem condições de atendimento;
08. Falta de um planejamento de rede escolar;
09. Falta de ensino de 1º Grau completo na zona rural;
10. Falta de manutenção das unidades de ensino existentes;
11. Despreparo do Magistério;
12. Falta de uma política de acompanhamento e avaliação das atividades educativas;
13. Falta de uma política de capacitação de recursos humanos;
 - Critérios de seleção;
 - Qualidade de cursos;
 - Periodicidade.
14. Falta de um planejamento participativo das ações educacionais;
15. Recursos financeiros insuficientes;
16. Falta de autonomia pedagógica, administrativa e financeira nas unidades de ensino e diretorias regionais;
17. Inadequação dos conteúdos curriculares e dos calendários escolares;
18. Falta de critérios para matrícula e constituição de turmas;

Segmento - EDUCAÇÃO

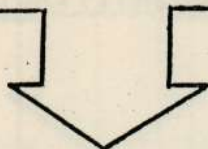
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



19. Falta de critérios na escolha de dirigentes de Unidades Escolares, das DRs;
20. Inadequação dos processos para educação de base de adulto;
21. Falta de condições para execução dos trabalhos da Secretaria:
 - espaço físico;
 - equipamentos;
 - condições de trabalho.
22. Estrutura organizacional inadequada para as necessidades do sistema;
23. Falta de integração dos diversos graus de ensino, principalmente com o 3º;
24. Falta de supervisão do ensino;
25. Falta de critérios na distribuição e permanência de pessoal do Magistério e do pessoal de apoio nas unidades de ensino;
26. Deficiência e morosidade no sistema de comunicação;
27. Falta institucionalizar o regimento interno;
28. Excesso de subsídios ao ensino privado com recursos do orçamento público;
29. Falta de biblioteca e recursos didáticos para a escola e o aluno;
30. Excesso de leis e regulamento no ensino;
31. Falta de atendimento às crianças que necessitam de educação especial;
32. Desvio de funções do pessoal das equipes técnicas por indefinição de papéis;
33. Falta de trabalho integrado Escola/Comunidade;
34. Falta de um plano de distribuição de material por Unidade Escolar;

Segmento - EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

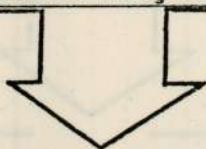


35. Redução do tempo destinado ao trabalho escolar efetivo;
36. Inadequação da estrutura de composição do C.E.E.;
37. Distorção nas escolas de formação de professores para o 1º Grau;
38. Distorção no ensino noturno;
39. Faltam estudos que subsidiem o planejamento do ensino profissionalizante;
40. Inadequação e fornecimento irregular da merenda;
41. Não aproveitamento da capacidade ociosa das escolas;
42. Desmotivação geral do pessoal;

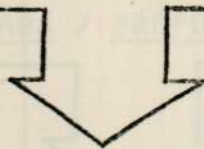
Segmento - EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

PRIORITIZAÇÃO



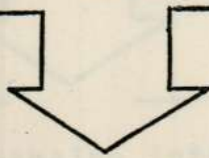
01. Baixa remuneração dos profissionais do Magistério;
02. Estrutura organizacional inadequada para as necessidades do sistema;
03. Continuísmo dos altos índices de evasão e repetência;
04. Déficit de atendimento escolar;
05. Falta de uma política de acompanhamento e avaliação das atividades educativas.



01. Criação de um grupo de trabalho integrado por técnicos da Secretaria e Consultores externos para analisar e propor reformas na sua estrutura organizacional;
02. Através de equipes integradas (escolas/comunidades/SEC) elaborar um projeto pedagógico, visando ao acompanhamento e à avaliação do processo ensino/aprendizagem;
03. Celebrar convênios com a Fundação Aperipê de Sergipe para implantação de tele-salas na zona rural, visando o atendimento às quatro últimas séries do 1º Grau;
04. Redução do déficit de atendimento escolar, mediante a construção e ampliação de unidades escolares obedecendo a uma distribuição especial que atenda às necessidades da população;
05. Assinatura de novos convênios entre SEC/UFS para a realização de licenciaturas de cursos no interior do Estado;
06. Montagem de uma proposta pedagógica, visando à redução do índice de reprovação nas primeiras séries;
07. Através de convênios Estado/Prefeituras, estabelecer uma política efetiva de cooperação para ensino público, visando o planejamento racional da rede de escola, a capacitação e reciclagem do magistério e o estabelecimento dos mecanismos que garantam as condições mínimas de funcionamento das escolas de 1º Grau;
08. Criação de uma comissão para reformulação do Estatuto do Magistério ouvindo-se profissionais interessados, através das etapas:
 - distribuição do Estatuto nas Unidades de Ensino;
 - Seminário para discussão ampla;
 - eleição de representante por Município para aprofundar as propostas;

Segmento - EDUCAÇÃO

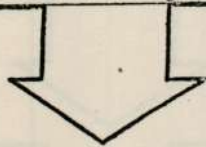
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



09. Compor comissão especial, objetivando estudar o funcionamento das escolas de formação de professores, a nível de 2º Grau, revitalizando-se e adequando-as às necessidades reais do sistema;
10. Instituir um organismo estadual de recursos humanos para a Educação com os seguintes objetivos:
 - organizar cursos que visem profissionalizar os professores leigos, especialmente aqueles da zona rural do Estado;
 - organizar os processos seletivos para admissão de pessoal do Magistério Estadual;
 - administrar a política de recursos humanos do Magistério Estadual;
11. Reformular os currículos e programas do ensino de 1º e 2º Graus, através de ações que partam das Unidades de Ensino (encontros, seminários, revisão bibliográfica e criação e organização de bibliotecas);
12. Revisão do orçamento estadual com vistas à considerar os recursos de convênios com extra-orçamentários;
13. Implantação de almoxarifados nas Diretorias Regionais;
14. Não renovar os Convênios de Contrapartida com a rede particular de ensino;
15. Firmar convênios com órgãos de saúde para atendimento médico especializado aos alunos portadores de deficiências;
16. Criação de unidades específicas para o pré-escolar a fim de substituir gradativamente as classes anexas a escolas de 1º Grau;
17. Implantação gradativa do ensino de 2º Grau no interior do Estado.

Segmento - EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA
PRIORITIZAÇÃO



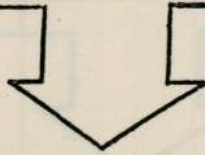
01. Criação de um grupo de trabalho integrado por técnicos da Secretaria e Consultores externos para analisar e propor reformas na sua estrutura organizacional;
02. Instituir um organismo estadual de recursos humanos para a Educação com os seguintes objetivos:
 - organizar cursos que visem profissionalizar os professores leigos, especialmente aqueles da zona rural do Estado;
 - organizar os processos seletivos para admissão de pessoal do Magistério Estadual;
 - administrar a política de recursos humanos do Magistério Estadual;
03. Redução do déficit de atendimento escolar, mediante a construção e ampliação de unidades escolares obedecendo a uma distribuição especial que atenda às necessidades da população;
04. Criação de uma comissão para reformulação do Estatuto do Magistério ouvindo-se profissionais interessados, através das etapas:
 - distribuição do Estatuto nas Unidades de Ensino;
 - seminário para discussão ampla;
 - eleição de representante por Município para aprofundar as propostas.
05. Através de equipes integradas (escolas/comunidades/SEC) elaborar um projeto pedagógico, visando ao acompanhamento e à avaliação do processo ensino/aprendizagem.

RELATOR: JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO

ORIENTADOS METODOLÓGICO - JOSE PEREIRA ALVIM

Segmento - EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



PARTICIPANTES DO SEGMENTO

01. ANTONIO FONTES FREITAS

02. MARLENE SALES

03. TOSCANINI B.FRANÇA

04. PAULO MENDONÇA

05. ANA LUCIA MENEZES

06. JORGE CARVALHO

07. GIZELDA MORAIS

08. ANTONIO DANTAS

09. CARMELITA FONTES

10. ANDRE MESQUITA

11. ZILDA CAMPOS

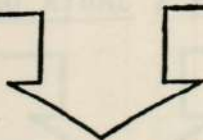
12. MARIA EMILIA DOS REIS

13. MARIA TEREZA S.CRUZ

14. MIGUEL ANDRE BERGER

Segmento - ENERGIA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



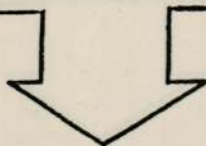
01. Falta de participação da SULGIPE no equacionamento da problemática energética do Estado;
02. Falta de recursos financeiros para investimento nos sistemas de transmissão e distribuição;
03. Falta de divulgação da estratégia do Governo para o setor energético;
04. Falta de integração entre o planejamento da ENERGIPE e ELETRÓBRAS com o do Estado;
05. Falta de ressarcimento, pelo Estado, de recursos financeiros da ENERGIPE aplicados na eletrificação de Povoados;
06. Falta de planejamento adequado para atendimento aos consumidores;
07. Os objetivos da ENERGIPE estão em descompasso às atuais exigências do mercado;
08. Comprometimento da saúde financeira da ENERGIPE pela inadimplência dos poderes públicos e de grandes industriais;
09. Desconhecimento dos objetivos da ENERGIPE pelos seus funcionários;
10. Inexistência de uma política de recursos humanos estimulando forte ingerência externa no recrutamento de pessoal;
11. Falta de um planejamento global da ENERGIPE;
12. Instalações físicas da ENERGIPE inadequadas e dispersas;
13. Inexistência de fontes de recursos para financiamento de eletrificação de imóveis rurais;
14. Insuficiência de divulgação das atividades da ENERGIPE nos ambientes interno e externo;
15. Estrutura administrativa inadequada à atual realidade da ENERGIPE;

Segmento - ENERGIA
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

16. Falta de motivação dos funcionários da ENERGIPE para o trabalho;
17. Falta valorização de mão-de-obra na ENERGIPE;
18. Falta de melhor apuração de responsabilidade em falhas cometidas dentro da empresa;
19. Excessiva contratação de serviços de terceiros de forma permanente;
20. Baixa capacidade de geração de recursos próprios pela ENERGIPE;
21. Recursos financeiros insuficientes para atender aos pleitos existentes para eletrificação de Povoados;
22. Falta de recursos para aquisição de equipamentos de medição;
23. Existência de problemas gerenciais críticos em áreas vitais como: processamento de dados, comercial, recursos humanos e operação da distribuição;
24. Falta de uma política de emergência a nível de Governo do Estado para enfrentar o racionamento de energia no biênio 87 / 88;
25. Falta de participação dos funcionários da ENERGIPE em sua administração (Diretoria e Conselho de Administração).
26. Falta de maior autonomia da Diretoria da empresa para resolver os problemas administrativos;
27. Falta de uma política de relacionamento entre a Empresa e o Sindicato;
28. Defasagem entre o custo do serviço aprovado pelo DNAEE e o custo real;
29. Inexistência de aperfeiçoamento, (Cursos, participação em Seminários, etc) da equipe de eletrificação rural.

Segmento - ENERGIA

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



30. Falta de recursos para aquisição de material de segurança;
31. Falta de interação entre os diversos órgãos do Governo para o estabelecimento de estratégia e política para o setor energético;
32. Falta de um Plano de Cargos e Salários adequado à realidade;
33. Insuficiência de pessoal para cumprir as metas físicas do setor de eletrificação rural;
34. Falta de uma sede social para o lazer;
35. Quadro de Pessoal insuficiente e mal alocado;
36. Falta de uma política de saúde para os empregados da ENERGEIPE;
37. Excesso de pessoal especializado da ENERGEIPE à disposição de outros órgãos;
38. Transporte precário para conduzir o servidor até o seu local de trabalho.

Segmento - ENERGIA
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES
PRIORITIZAÇÃO

01. Falta de participação dos funcionários da ENERGIPE em sua administração (Diretoria e Conselho de Administração).

02. Falta de recursos financeiros para investimento nos sistemas de transmissão e distribuição.

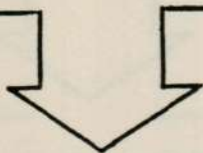
03. Estrutura administrativa inadequada à atual realidade da ENERGIPE;

04. Existência de problemas gerenciais críticos em áreas vitais como: processamento de dados, comercial, recursos humanos e operação da distribuição.

05. Falta de integração entre o planejamento da ENERGIPE e ELETRÓBRAS com o do Estado.

Segmento - ENERGIA

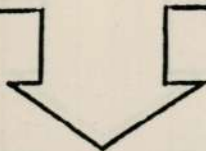
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



01. Criar uma Comissão para elaboração de um novo estatuto da ENERGIPE e manual de pessoal adequados à realidade nacional e de Sergipe (com a participação do Sindicato), em 180 dias;
02. Criar Comissão para propor a reestruturação administrativa e a redefinição dos objetivos da empresa;
03. Realizar Seminários internos para debater os problemas mais críticos e elaborar o planejamento estratégico da empresa;
04. Participação mais efetiva da ENERGIPE na elaboração do orçamento do Estado, item ENERGIA ELETRICA;
05. Reavaliar o Diagnóstico feito pela ELETROBRAS e implementar as recomendações da reavaliação;
06. Desvincular a ENERGIPE da Secretaria de Obras, criando um órgão governamental para os assuntos de Energia, ao qual a empresa ficaria subordinada;
07. Melhorar o relacionamento Diretoria/Empregado, através de : boletins informativos, realizações de reuniões periódicas , aferição do grau de satisfação do empregado, etc...);
08. Normatizar a política de recrutamento e seleção;
09. Ter o aval do Governo para negociar com os consumidores inadimplentes com a ENERGIPE;
10. Sensibilizar o Governo para fazer gestões, junto ao Ministério das Minas e Energia, SEPLAN-PR e CISE no equacionamento de problemas relacionados do custo do serviço;
11. Negociar junto aos consumidores inadimplentes com a ENERGIPE, a construção da sede social para seus empregados;
12. Evitar investimentos de eletrificação de Povoados em Municípios em débito com a Empresa;

Segmento - ENERGIA

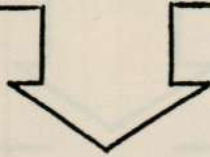
SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



13. Criar órgão na estrutura da ENERGIPE, responsável pela captação de recursos, com poderes para negociar com instituições financeiras, ELETROBRAS e Governo do Estado;
14. Criar um Órgão de Coordenação Geral, subordinada à Presidência, a fim de facilitar a ação externa do Presidente da ENERGIPE;
15. Prioritizar a política de recursos humanos da empresa, buscando soluções para:
 - Reestruturação do Plano de Cargos e Salários;
 - Reestruturação da política de Treinamento da Empresa;
 - Reestruturação da política de saúde e serviço social da empresa;
 - Criação de uma política de esporte, lazer e cultura;
16. Criar equipes de técnicos para efetuar manutenção corretiva e preventiva do sistema de distribuição;
17. Construir sede administrativa da empresa com recursos de capitalização do Estado;
18. Reestabelecimento imediato do órgão central do planejamento da ENERGIPE para uma ação mais ampla e abrangente que a anterior;
19. Celebrar Convênio com a TELERGIPE para locação de uma linha telefônica, a fim de atender melhor ao consumidor (120);
20. Sensibilizar o Governo do Estado para a elaboração de um Plano Emergencial para enfrentar o problema de racionamento de energia no Estado, no biênio 87/88;

Segmento - ENERGIA

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



21. Treinamento de uma equipe, através de curso de Relações Públicas, para o atendimento aos consumidores;
22. Melhorar a rentabilidade da empresa, através de um Programa de Racionalização dos investimentos, redução dos custos e recuperação de perdas comerciais;
23. Criar junto à Presidência uma assessoria para ações sindicais;
24. Cumprimento real do Estado dos compromissos assumidos perante a empresa, ressarcindo os recursos para ela adiantados nos Programas de Governo;

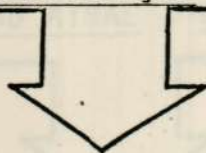
ORIENTADOR TÉCNICO - JOSE FERNANDES DA SILVA

PARTE - MEMBROS DO SEGMENTO

- | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| 01. OSVALDO VIEIRA DE MENEZES | 02. ALVARO DE FREITAS A. NETO |
| 03. FELIX JOSE DA SILVA | 04. JOSE DA SILVA A. NETO |
| 05. FRANCISCO PEDRO DE MENEZES FILHO | 06. JOAO FONTES |
| 07. JOSE FREY VIEIRA | 08. JOSE BALBUENA S. DA SILVA |

Segmento - ENERGIA

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA PRIORITIZAÇÃO



01. Criar uma Comissão para elaboração de um novo Estatuto da ENERGIPE e Manual de Pessoal adequados à realidade nacional e de Sergipe (com a participação de Sindicatos) em 180 dias.
02. Criar Comissão para propor a reestruturação administrativa e a redefinição dos objetivos da empresa.
03. Prioritizar a política de recursos humanos da empresa buscando soluções:
 - Reestruturação do Plano de Cargos e Salários
 - Reestruturação da política de Treinamento da empresa
 - Reestruturação da política de saúde e serviço social da empresa;
 - Criação de uma política de esporte, lazer e cultura.
04. Desvincular a ENERGIPE da Secretaria de Obras, criando um órgão governamental para assuntos de energia, ao qual a empresa ficaria subordinada.
05. Realizar seminários internos para debater os problemas mais críticos e elaborar o planejamento estratégico da empresa.

RELATOR: JOAO FONTES

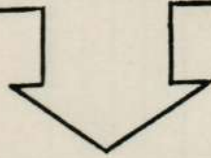
ORIENTADOR METODOLÓGICO - JOSE FERNANDES DA SILVA

PARTICIPANTES DO SEGMENTO

- | | |
|------------------------------------|------------------------------|
| 01. OSVALDO VIEIRA DE MATOS | 02. ALVARO DE FREITAS G.NETO |
| 03. FELIX JOSE DA MOTA LEITE | 04. JOSE DA SILVA R.NETO |
| 05. FRANCISCO PEDRO DE JESUS FILHO | 06. JOAO FONTES |
| 07. JOSE FREDY VIEIRA | 08. JOSE RAIMUNDO D.DA SILVA |

Segmento - ESPORTE E LAZER

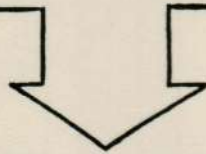
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



01. Falta de uma estrutura moderna e eficiente a nível da Sub- Secretaria de Esporte e Lazer;
02. Falta de uma política de apoio sistemático do Desporto Comunitário;
03. Grande deficiência de instalações desportivas no Estado;
04. Deficiência na alocação de recursos para o Desporto e Lazer;
05. Má qualidade e quase inexistência da Educação Física nas escolas (Base para o Desporto no Estado);
06. Deficiência na estrutura e falta de organização por parte das Federações;
07. Deficiência de áreas específicas, equipamentos e instalações para a prática do Lazer;
08. A estrutura administrativa da Sub-Secretaria não é clara;
09. Falta de um Centro de Treinamento Desportivo;
10. Falta de incentivo a prática da medicina desportiva em Instituições e Clubes;
11. Falta de uma política definida para a interiorização do Desporto e Lazer;
12. Falta de Convênio com os clubes do Estado para popularização do Esporte;
13. Falta de uma pista de atletismo em Aracaju;
14. Ausência de Departamentos Regionais específicos na área do Desporto e Lazer;
15. Deficiência de intercâmbio nas diversas modalidades esportivas;
16. Inexistência de pessoal especializado para o desenvolvimento da prática esportiva no interior do Estado;

Segmento - ESPORTE E LAZER

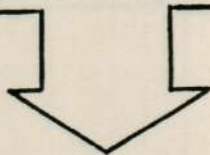
SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES



17. Deficiência na realização de Seminários, Simpósios e Outros para uma maior integração entre os diversos segmentos que fazem o Esporte e Lazer do Estado;
18. Deficiência na capacitação de recursos humanos na área desportiva;
19. Falta de troca de experiência administrativa com outras praças de esporte do País;
20. Falta de um trabalho sistemático de Esporte e Lazer nas comunidades;
21. Falta de equipamento e material desportivo na Escola, suficiente para a implementação do Esporte;
22. Falta de instalações físicas e estrutura administrativa nos clubes e Federações para o desenvolvimento do Desporto;
23. Deficiência de recursos orçamentários para manutenção, conservação e reformas de praças esportivas;
24. Má utilização das instalações esportivas;
25. Falta de atualização e aprimoramento técnico da elite desportiva;
26. Falta de uma política de apoio ao atleta carente;
27. Falta de uma política administrativa para o desenvolvimento da prática do Desporto para o deficiente físico;
28. Desassociação nas diretrizes dos órgãos gestores do Esporte e Lazer do Estado;
29. Falta de um maior envolvimento da empresa privada no Desporto;
30. Falta de instalações adequadas para hospedagem de atletas;
31. Falta de credibilidade do Desporto a nível nacional, regional e estadual;

Segmento - ESPORTE E LAZER

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

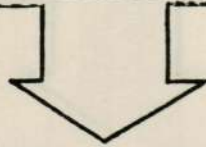


32. Deficiência de uma política de apoio as atividades esportivas dos adultos;
33. Falta de instalações esportivas adequadas para o acesso do de ficiente físico;
34. Falta de convênios para assistência médica, odontológica e hospitalar para os atletas;
35. Falta de uma política de incentivos a nível estadual para que as empresas privadas patrocinem e/ou promovam o Desporto;
36. Falta de publicação e divulgação das atividades de Esporte e Lazer;
37. Falta de realização de uma Conferência Estadual de Esporte e Lazer;
38. Falta de módulos esportivos polivalentes para uso da comuni dade;
39. Falta de recursos orçamentários específicos para divulgação e promoção do Desporto e Lazer no sistema de comunicação do Es tado;
40. Falta de abertura dos Colégios Oficiais com instalações espor tivas, nos fins de semana e feriados, para a comunidade;
41. Falta do cumprimento das normas legais, quanto a construção de escolas com áreas destinadas à prática de Educação Física;
42. Falta de vinculação administrativa das áreas de Lazer e Des porto ao órgão específico;
43. Falta de gratificação dos que atuam no comando e coordenação das diversas áreas do Desporto.

Segmento - ESPORTE E LAZER

SITUAÇÃO ATUAL / ENTRAVES

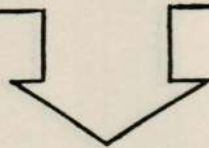
PRIORITIZAÇÃO



01. Falta de uma estrutura moderna e eficiente a nível de Sub- Se
cretaria do Esporte e Lazer.
02. Grande deficiência de instalações desportivas no Estado.
03. Deficiência na alocação de recursos para o Desporto e Lazer.
04. Falta de Convênio com os Clubes do Estado para popularização
do Esporte.
05. Deficiência na realização de Seminários, Simpósios e Outros
para uma maior integração entre os diversos segmentos que fa
zem o Esporte e Lazer do Estado.

Segmento - ESPORTE E LAZER

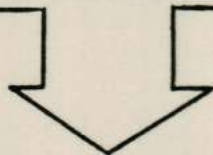
SITIAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



01. Propor a criação da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;
02. Cobertura de quadras de esportes já existentes, transformando-as em mini-ginásios;
03. Construção de módulos esportivos no interior do Estado;
04. Colocar no orçamento estadual, recursos para a ajuda às Federações Amadoristas;
05. Celebrar Convênios entre o Estado e os Clubes para efetivação do esporte amador;
06. Celebrar Convênios entre o Estado, Hospitais e Clínicas para Assistência Médica e Odontológica aos atletas amadores;
07. Criação de Delegacias Regionais da S.E.L., visando a interiorização do Esporte e Lazer;
08. Dotar as Escolas de 1º Grau de professores de Educação Física especializados;
09. Promover gestões, junto ao SEED/MEC e/ou outras entidades, objetivando a construção do Centro Olímpico de Treinamento;
10. Realizar anualmente um Fórum de debates em âmbito estadual do segmento Esporte e Lazer, com ampla participação da sociedade para propor uma política para o setor;
11. Propiciar incentivos fiscais às empresas que comprovadamente patrocinem e promovam o Desporto Amador;
12. Propor a criação da Fundação do Desenvolvimento do Desporto, sendo sua manutenção com recursos oriundos da arrecadação das praças de esportes;
13. Criação de Loteria Estadual com fins específicos de promover o Desporto Sergipano;
14. Construção de uma pista de atletismo em Aracaju;

Segmento - ESPORTE E LAZER

SITUAÇÃO DESEJADA / PROPOSIÇÕES DE MELHORIA



15. Ampliar as atividades de Lazer e Recreação no Estado de Ser
gipe;
16. Alocar recursos orçamentários para divulgação e promoção do
Esporte e Lazer nos meios de comunicação do Estado;
17. Viabilizar o acesso de deficientes físicos às praças de esportes;
18. Promover a realização dos Jogos Abertos do Estado de Sergipe;
19. Aproveitar os espaços livres pertencentes ao Estado, com Cam
pos de Futebol;
20. Proporcionar ajuda aos clubes comunitários de bairros na di
namização de suas atividades;
21. Realizar atividades sistemáticas de Esporte e Lazer nas instala
ções esportivas existentes, para a comunidade;
22. Dotar a orla marítima de Aracaju de instalações físicas para
a prática de Esporte e Lazer;
23. Estimular o desenvolvimento de programas de apoio ao atleta
carente, através de empresas privadas, estatais, ect.(Adoção);
24. Transferir para a SEL a administração das áreas de Lazer e
Desporto como: Parque da Cidade Gov. José Rollemberg Leite, Par
que Aquático de Salgado, área de Lazer da "Rodovia Pres. José
Sarney";
25. Alocar técnicos, através de convênios nas Federações Amadoris
tas para promover reestruturação e organização das mesmas.